



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

**Boletim Informativo
N.º 15/2025**

Secção Permanente | 15.12.2025

Conselho Superior do Ministério Público

Boletim Informativo



Sumário

■ PRESENÇAS	>> 2
■ ORDEM DO DIA	>> 3
Gestão de Quadros / Instrumentos de Mobilidade	>> 3
Remunerações por acumulação de funções	>> 4
Incompatibilidades	>> 5
Serviço de inspeção do Ministério Público	>> 6
Autorização para a frequência de cursos	>> 6
Pedido de Junta Médica / Medicina do Trabalho	>> 7
Aposentações / Jubilações	>> 7



Presenças

■ Presidente

Senhor Vice-Procurador-Geral da República, Dr. **Paulo Jorge Vieira Morgado de Carvalho**;

■ Vogais

Procurador-Geral Regional de Évora, Dr. **José Carlos Ribeiro da Cruz Laia Franco**;

Procuradora da República, Dr.ª **Raquel Encarnação** (membro a tempo integral);

Procurador da República, Dr.ª **Maria Raquel Mota** (membro a tempo integral);

Membro eleito pela Assembleia da República, Dr.ª **Vânia Gonçalves Álvares** (membro a tempo integral);

■ Secretário

Secretariou a sessãoa Secretária-Geral da Procuradoria-Geral da República, Dr.ª **Carla Cristina Carvalho da Costa**.



ORDEM DO DIA

Gestão de Quadros / Instrumentos de Mobilidade

1. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, autorizar e reconhecer que os Srs. Procuradores da República, **David Vasquez Barros e Rui Daniel Lopes Rodrigues**, colocados, respetivamente, no Juízo de Competência Genérica de Almeida e nos Juízos agregados de Figueira de Castelo Rodrigo e de Pinhel asseguram, em regime de acumulação, as funções da Sr.ª Procuradora da República, Nathalie Marques da Costa, colocada no Juízo de Competência Genérica de Trancoso, de 03 de novembro de 2025 e pelo período de 6 meses ou até ao regresso da referida Sr.ª Procuradora da República, caso ocorra em momento anterior, ratificando-se os atos já praticados.

Relatora: Dr.ª Raquel Encarnação

2. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, ao abrigo do disposto no artigo 101.º, n.º 1, alínea f), da Lei de Organização do Sistema Judiciário e ainda, nos artigos 76.º, n.ºs 1 e 2, al. a), e 77.º do EMP e 2.º do RIMGP, em determinar a reafecção da Sr.ª Procuradora da República, **Catarina Marques Carloto de Castro**, colocada na secção do DIAP e na Procuradoria da República junto dos juízos Cível e Criminal de Angra do Heroísmo, comarca dos Açores, ao serviço no núcleo do DIAP de Ponta Delgada, com efeitos reportados

a 16 de novembro de 2025 até ao dia 31 de agosto de 2026 ou até e enquanto se mantiverem os pressupostos que lhe subjazem, ratificando-se os atos praticados.

Relatora: Dr.ª Raquel Encarnação

3. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, ao abrigo do disposto nos artigos 76.º e 77.º do EMP e 2.º, do RIMGP, em autorizar a reafecção do Sr. Procurador da República, **Hélder Mendes Ribeiro**, colocado no DIAP de Lisboa à Procuradoria do Juízo de Trabalho de Lisboa, desde o dia 3 de dezembro de 2025 e até 31 de agosto de 2026, ratificando-se os atos praticados.

Relatora: Dr.ª Raquel Mota

4. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, ao abrigo do disposto nos artigos 76.º e 77.º, do EMP e 2.º, do RIMGP, determinar a reafecção da Sr.ª Procuradora da República, **Ana Sofia da Fonseca Santos Fernandes**, atualmente colocada na Procuradoria da Pequena Criminalidade de Lisboa, à Procuradoria do Juízo Central de Família e Menores do Barreiro, com efeitos desde o dia 1 de dezembro de 2025 e até à data de produção de efeitos do próximo movimento de Magistrados do Ministério Público, ratificando-se todos os atos nesse âmbito praticados.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares



Conselho Superior do Ministério Público

5. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, ser o sentido provável da decisão, ao abrigo do disposto no artigo 79.º, a *contrario sensu*, do EMP, indeferir o pedido de reconhecimento de serviço cumulativo junto do núcleo do DIAP de Barcelos, da comarca de Braga, das Sras. Procuradoras da República, **Carla Cristina da Cruz Baguim** (de 16.09.2025 a 31.10.2025), **Joana Filipa de Almeida Gouveia** (de 22.09.2025 a 05.11.2025) e **Paula Cristina Rodrigues Martins Peixoto** (de 23.09.2025 a 05.11.2025), colocadas no núcleo do DIAP de Vila Nova de Famalicão.

Relatora: Dr.ª Raquel Encarnação

Remunerações por acumulação de funções

6. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, ser o sentido provável da decisão, o de emitir parecer favorável, nos termos do artigo 136.º, n.ºs 1 e 2, do EMP, no sentido de dever ser atribuído pagamento pela acumulação de serviço entre 23.01.2024 e 15.07.2024, relativa às Sr.ªs Procuradoras da República, **Diana Beatriz Ribeiro Silva Gama**, **Maria de Fátima Santos Maduro da Costa** e **Maria Goretti Barros de Oliveira Martins Silva Dias**, então colocadas na Procuradoria e Juízos de Família e Menores do Gondomar, da comarca de Porto, na proporção mensal de 1/5 do seu vencimento.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

7. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, ser o sentido provável da decisão, o de emitir parecer favorável, nos termos do artigo 136.º, n.ºs 1 e 2, do EMP, devendo ser atribuído pagamento pela acumulação de serviço, ocorrida entre 04 de setembro de 2023 e 15 de julho de 2024, relativa aos Srs. Procuradores da República, então colocados na Procuradoria da República de Santiago do Cacém, **Mariana Rangel Teles Fidalgo**, em 1,75/5 do seu vencimento e **João Melchior Cunha de Almeida**, em 1/5 da sua remuneração mensal.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

O Sr. Conselheiro, Dr. Laia Franco, não participou na votação deste ponto.

8. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, ser o sentido provável da decisão, o de emitir parecer favorável, nos termos do artigo 136.º, n.ºs 1 e 2, do EMP, no sentido de dever ser atribuído pagamento pela acumulação de serviço, ocorrida entre 02 de abril e 15 de julho de 2024, da Sr.ª Procuradora da República, **Liliana Ferreira Martins**, colocada junto do Juízo do Comércio, Execução e Cível de Guimarães, com 50% do serviço que estava adstrito à Sr.ª Procuradora da República jubilada, Teresa Cristina Cavalheiro, com efeitos reportados ao dia 02 de abril de 2024 e até 15 de julho de 2024, na proporção mensal de 1/5 do seu vencimento.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares



Conselho Superior do Ministério Público

9. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, ser o sentido provável da decisão, o de emitir parecer favorável, nos termos do artigo 136.º, n.ºs 1 e 2, do EMP, no sentido de dever ser atribuído pagamento pela acumulação de serviço, ocorrida entre 30 de abril e 31 de maio de 2025, relativa aos Procuradores da República, **José Pedro Coutinho Barreiros de Freitas**, colocado na secção do DIAP e Juízo de competência genérica de Vale de Cambra e **João Cosme Teixeira de Oliveira**, colocado na secção do DIAP e Juízo de competência genérica de Castelo de Paiva, com as funções na 2.ª secção genérica do DIAP de Santa Maria da Feira, na proporção, mensal, de 1/5 do vencimento auferido nesta secção do DIAP.

Relatora: Dr.ª Raquel Mota

10. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, ser o sentido provável da decisão, o de emitir parecer favorável, nos termos do artigo 136.º, n.ºs 1 e 2, do EMP, devendo ser atribuído pagamento pela acumulação de serviço, ocorrida 11 de março e 15 de maio de 2025, relativa às Sr.ªs Procuradoras da República, **Maria Leonor Ascensão Jorge Rodrigues de Almeida** e **Marta Filipa Pereira Ramos Gonçalves**, então colocadas, respetivamente, nos Juízos do Trabalho de Braga (J1), e Vila Nova de Famalicão, na proporção mensal de 1/5 do seu vencimento.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

11. *Adiado*

Fixação da remuneração e emissão de parecer a que alude o artigo 136.º, n.º 1, do EMP, pelo exercício de funções, de Procuradores da República, em regime de acumulação com o serviço de origem.

12. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, ser o sentido provável da decisão, o de emitir parecer favorável, nos termos do artigo 136.º, n.ºs 1 e 2, do EMP, no sentido de dever ser atribuído pagamento pela acumulação de serviço, ocorrida entre 2 de abril de 2025 a 15 de julho de 2025, relativa às Sr.ªs Procuradoras da República, **Daniela Maria Lema Barros Pereira** e **Andreia Cristina Chaves Barreira Rodrigues**, com as suas funções de origem no núcleo do DIAP e Procuradoria dos Juízos Locais Cível e Criminal de Águeda, com o serviço do núcleo do DIAP e Juízo de competência genérica de Oliveira do Bairro, na proporção, mensal de 1/5 do seu vencimento.

Relatora: Dr.ª Raquel Encarnação

Incompatibilidades

13. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, em autorizar o Sr. Procurador-Geral-Adjunto, jubilado, **Francisco Teodósio Jacinto** a presidir à Comissão de Ética, que vai ser constituída na Federação Portuguesa da Natação.

Relatora: Dr.ª Raquel Mota



Conselho Superior do Ministério Público

14. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, em autorizar a Sr.^a Procuradora-Geral-Adjunta a coletar-se na atividade de prestação de serviços de alojamento local.

Relatora: Dr.^a Raquel Mota

Serviço de inspeção do Ministério Público

15. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, em determinar a notificação da Sr.^a Procuradora da República, **Venília da Silva Ferreira Guimarães**, para que a mesma se pronuncie, no prazo de 10 dias, a respeito da exposição remetida a este Conselho por parte do Sr. Inspetor do Ministério Público.

Relatora: Dr.^a Raquel Encarnação

16. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, em entender ser o sentido provável da decisão o de indeferimento do requerimento apresentado pelo Sr. Procurador da República, **Hugo Pedro Andrade de Lemos Triunfante**.

Relatora: Dr.^a Raquel Encarnação

Autorização para a frequência de cursos

17. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, ao abrigo do disposto no artigo 107.º do EMP e do artigo 16.º, n.º 1, do Regulamento das Atividades de Formação dos Magistrados do Ministério Público (Regulamento n.º 924/2022) em tomar conhecimento que a Sr.^a Procuradora da República, **Cleide Rodrigues Senhorães**, irá frequentar o «I Curso de Pós-graduação sobre o cibercrime e prova digital em processo penal», o qual será ministrado na Faculdade de Direito de Lisboa.

Relatora: Dr.^a Raquel Mota

18. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, ao abrigo do disposto no artigo 107.º do EMP e do artigo 16.º, n.º 1, do Regulamento das Atividades de Formação dos Magistrados do Ministério Público (Regulamento n.º 924/2022) em tomar conhecimento que a Sr.^a Procuradora da República, **Maria Pereira Dias**, irá frequentar o «I Curso de pós-graduação sobre o cibercrime e prova digital em processo penal», na Faculdade de Direito de Lisboa.».

Relatora: Dr.^a Raquel Mota



Pedido de Junta Médica / Medicina do Trabalho

19. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, ao abrigo do abrigo do disposto nos artigos 71.º, n.º 1, alínea c), 82.º e 276.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e 84.º, do Código do Trabalho, ex vi do artigo 116.º, do EMP, o pedido de redução de serviço, formulado pela Sr.ª Procuradora da República, **Maria da Graça Valério Vicente da Silveira de Azevedo**, colocada na Procuradoria do Juízo de Família e Menores da Amadora, devendo-lhe ser distribuído apenas 80% do serviço distribuído aos demais magistrados aí colocados, assim como, ser dispensada serviço urgente, turnos e julgamentos, tudo em termos a determinar pela Ex.ª Sr.ª MMPCC de Lisboa Oeste.

Relatora: Dr.ª Raquel Mota

Aposentações / Jubilações

20. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, na remessa à CGA do pedido de Junta Médica acompanhado da documentação da ADSE, com vista à aposentação por incapacidade da Sr.ª Procuradora da República, colocada junto do Juízo de competência genérica de Santa Cruz, Comarca da Madeira, tal como vem requerido.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

21. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, na remessa à CGA do pedido de Junta Médica acompanhado da documentação da ADSE, com vista à aposentação por incapacidade da Sr.ª Procuradora da República, colocada Quadro complementar de Lisboa.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

22. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, em concluir que a Sr.ª Procuradora-Geral-Adjunta, **Maria Emília Alves Ferreira**, reúne todos os requisitos necessários à jubilação.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

23. **Adiado**

Apreciação da situação de baixa prolongada, com vista a determinar a verificação da situação prevista no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06, relativamente à Sr.ª Procuradora-Geral adjunta.

24. **Adiado**

Pedido de aposentação por incapacidade apresentado por Procurador da República



Conselho Superior do Ministério Público

25. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, sem prejuízo do envio, desde já, do pedido de aposentação à CGA, em determinar a realização da averiguação a que alude o disposto no artigo 186.º do EMP e a deliberação deste Conselho de 21 de fevereiro de 2017, com vista a determinar a verificação concreta da situação do Sr. Procurador da República, **João Melchior Cunha de Almeida**.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

26. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, concluir que o Sr. Procurador-Geral-Adjunto, **Henrique Manuel da Rocha Cascão** reúne todos os requisitos necessários à jubilação.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

Pontos extra

1. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, concluir que o Sr. Procurador da República, **António Henrique Marques da Costa Novo**, reúne todos os requisitos necessários à jubilação.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

2. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, concluir que o Sr. Procurador da República, **Pedro Manuel Botelho Bandeira Serra**, reúne todos os requisitos necessários à jubilação.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

3. A Secção Permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos expostos, em concluir que a Sr.ª Procuradora-Geral-Adjunta, **Maria José Eleutério**, reúne todos os requisitos necessários à jubilação.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

Declarados encerrados os trabalhos pelas 16:20